

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
02 DEZ 2014
Protocolo: 284/14
Processo: 284/14

Projeto de Lei nº. 1397/14



AO EXPEDIENTE

Em: 01 DEZ 2014

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Recbido, Aut-re-se e
Inclua em p
02 DEZ 2014
1º Secretário

MENSAGEM N. 209 , DE 28 DE NOVEMBRO

DE 2014.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.



Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, para atender às despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e Outras Despesas Correntes.”

Senhores Parlamentares, este Poder Executivo busca o apoio de Vossas Excelências, no sentido de promover a abertura de crédito adicional suplementar por anulação, com vistas a assegurar os remanejamentos de créditos orçamentários necessários, em caráter excepcionais e/ou inadiáveis quando do fechamento do exercício corrente e recesso legislativo.

Informo, ainda, que o referido pleito tem como base legal, o disposto no artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal n. 4320/64, e se justifica, plenamente, considerando as adversidades que possam vir a ocorrer na execução do encerramento orçamentário, em 31 de dezembro de 2014.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
01 DEZ 2014
Jessiane
Servidor(nome legível)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, para atender às despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, para atender às despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e Outras Despesas Correntes, em conformidade com o disposto no artigo 43 e §§, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.